

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL: O VÍNCULO ENTRE ESCRAVISMO E CAPITALISMO

PRIMITIVE ACCUMULATION OF CAPITAL: THE LINK BETWEEN SLAVERY AND CAPITALISM

ACUMULACIÓN PRIMITIVA DE CAPITAL: EL VÍNCULO ENTRE ESCLAVITUD Y CAPITALISMO

Aurelane Alves Santana¹
aurelanesantana@gmail.com

RESUMO: O presente texto tem por finalidade discutir, através das questões econômicas e sociais que envolveram o uso da mão de obra escrava nas colônias americanas, o processo de acumulação primitiva do capital dado pela produção de excedentes econômicos que enriqueceram as metrópoles europeias a partir do século XVI. O objetivo é debater o momento inicial do capitalismo, mostrando como o mercantilismo e o trabalho escravo contribuíram de modo decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas que desencadearam mudanças nas bases da produção capitalista e que deram vazão ao capitalismo industrial no século XVIII. As nuances históricas disso serão abordadas pelo viés crítico, tendo por base autores como Williams (1975), Novais (1979) e Furtado (2007), que defendem que o colonialismo na América marca um vínculo entre escravismo e capitalismo na fase da acumulação primitiva do capital.

Palavras-chave: Escravidão, Colônias, Capitalismo, Acumulação primitiva, Capital.

ABSTRACT: This text aims to discuss, through the economic and social issues that involved the use of slave labour in the American colonies, the process of primitive accumulation of capital given by the production of economic surpluses that enriched the European metropolises from the 16th century onwards. The objective is to discuss the initial moment of capitalism, showing how mercantilism and slave labour contributed decisively to the development of productive forces that triggered changes in the bases of capitalist production and that gave rise to industrial capitalism in the 18th century. The historical nuances of this will be approached from a critical point of view, based on authors such as Williams (1975), Novais (1979) and Furtado (2007) who argue that colonialism in America marks a link between slavery and capitalism in the phase of primitive capital accumulation.

Keywords: Slavery, Colonies, Capitalism, Primitive accumulation, Capital.

RESUMEN: El presente texto tiene como finalidad discutir, a través de las cuestiones económicas y sociales que implicaron el uso de la mano de obra esclava en las colonias americanas, el proceso de acumulación primitiva del capital dado por la producción de excedentes económicos que enriquecieron a las metrópolis europeas a partir del siglo XVI. El objetivo es debatir el momento inicial del capitalismo, mostrando cómo el mercantilismo y el trabajo esclavo contribuyeron de manera decisiva al desarrollo de las fuerzas productivas que desencadenaron cambios en las bases de

¹ Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Pós-doutoranda na Universidade Federal da Paraíba, em projeto aprovado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB) em parceria com o CNPq.

la producción capitalista y que dieron lugar al capitalismo industrial en el siglo XVIII. Las matices históricas de esto serán abordadas desde una perspectiva crítica, basándose en autores como Williams (1975), Novais (1979) y Furtado (2007), quienes sostienen que el colonialismo en América marca un vínculo entre esclavismo y capitalismo en la fase de la acumulación primitiva del capital.

Palabras clave: Esclavitud, Colonias, Capitalismo, Acumulación primitiva, Capital.

INTRODUÇÃO

A discussão que se estabelece neste texto tem por finalidade mostrar, através das questões econômicas e sociais que envolveram o uso da mão de obra escrava nas colônias americanas – e mais especificamente no Brasil – o processo de acumulação primitiva do capital, dado pela produção de excedentes econômicos que enriqueceram as metrópoles europeias a partir do século XVI.

Em um momento inicial do capitalismo, o mercantilismo e o trabalho escravo consistiram em atividades essenciais e viáveis à acumulação capitalista - caracterizada pela separação violenta dos produtores diretos dos meios de produção -, contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento das forças produtivas que desencadearam mudanças nas bases da produção capitalista e que deram vazão ao capitalismo industrial no século XVIII.

Tal compreensão permite o entendimento de como o capitalismo, desde seus primórdios, sorveu de formas diversas de trabalho e de formação social – produzindo diferentes geografizações – para viabilizar sua acumulação. Enquanto no continente americano a escravidão era o carro-chefe desse processo, na Europa já ocorriam os cercamentos, a espoliação, a expulsão e a expropriação de camponeses e artesãos dos meios e instrumentos de produção para a criação das condições necessárias à composição do mercado de trabalho e, consequentemente, do assalariamento.

Isso significa que, embora tenham sido muito distintos os mecanismos de subordinação do trabalho ao capital, essas formas de exploração da força de trabalho interligavam-se ao mesmo tempo no conteúdo, qual seja: a intensiva exploração do trabalho e da natureza como alicerces dessa forma de acumulação.

Em outras palavras, isso quer dizer que houve inicialmente o engendramento de diferentes formas de submissão do trabalho ao capital com o intuito de promover a expansão do capitalismo. Formas essas que, apesar das diferenças, se complementavam e se

conectavam aos interesses do mercantilismo, compondo os aspectos essenciais para o desenvolvimento do processo de acumulação primitiva do capital.

A partir desse entendimento, refutam-se os estudos que têm como pressuposto a separação entre escravismo e capitalismo e que compreende o uso do trabalho escravo, a partir do século XVI, na América, como um modo de produção específico, denominado de modo escravista colonial². O que se defende aqui, todavia, é o exato oposto.

Em consonância principalmente com autores como Williams (1975), Novais (1979) e Furtado (2007), que construíram estudos baseados na compreensão da escravidão enquanto mecanismo funcional ao capital desde as suas primeiras fases de desenvolvimento, referenda-se que o colonialismo na América marca um vínculo entre escravismo e capitalismo, mostrando, através da história da colonização, que não há incompatibilidade entre desenvolvimento capitalista e escravidão na fase da acumulação primitiva do capital; tendo, portanto, o capitalismo sorrido da integralidade da exploração da mão de obra escrava para o açoitamento de sua acumulação e, por sua vez, de sua reprodução ampliada.

As nuances históricas disso, isto é, o modo como se constituiu a acumulação primitiva do capital por meio da colonização da América, são apresentadas no tópico a seguir e, como procedimento metodológico, estão alicerçadas no embasamento bibliográfico de obras e autores que esmiuçaram a leitura da escravidão colonial vinculada a essa compreensão do desenvolvimento primitivo do capitalismo no mundo, a qual defendemos e buscamos abordar de maneira crítica.

COLONIZAÇÃO E ESCRAVIZAÇÃO NA AMÉRICA

Com a invasão portuguesa às terras brasileiras, a partir do ano de 1500, o processo de pilhagem dos bens naturais se deu por meio da utilização de mão de obra escrava. Em um primeiro momento, foram os povos indígenas a massa de explorados, submetidos ao trabalho forçado para fomentar a criação da colônia e o enriquecimento da Coroa portuguesa. Posteriormente, devido a fatores de ordem econômica e social ocorridos em meados do século XVI, foi a vez dos negros africanos se tornarem a força motriz da economia colonial e da acumulação de capital metropolitana (Marquese, 2006).

² Essa concepção de modo de produção escravista foi bastante difundida pelo historiador Jacob Gorender em sua obra “O Escravismo Colonial”, de 1978.

Segundo Furtado (2007, p. 49), “a escravidão demonstrou ser [...] uma condição de sobrevivência para o colono europeu [...]. Sem escravos os colonos ‘não podiam se sustentar na terra’”. As práticas de pilhagem, saque e roubo do Novo Mundo, assim como os cultivos de cana-de-açúcar, algodão, café e fumo, se firmaram na escravidão enquanto fonte primária de trabalho incorporada pelos portugueses para gerar riquezas durante a colonização e promover o desenvolvimento do capitalismo.

Para os povos indígenas, além da perda da autonomia e da liberdade da vida tribal, a submissão ao trabalho forçado significou a destituição da terra enquanto lugar de moradia e reprodução da vida. Esse tipo de escravização, a princípio, se mostrou ideal para a dominação dos povos nativos, bem como para promover a espoliação do território.

Inicialmente, o escambo foi a maneira encontrada pela Coroa para gerir o processo de escravização de indígenas e manter a exploração colonial. Em um sistema injusto de trocas, em que os povos indígenas recebiam objetos de pouco valor por seu trabalho, Portugal se apoderava de pau-brasil e matérias-primas essenciais para o desenvolvimento do capitalismo comercial europeu. Além do escambo, outras formas de submissão ganharam destaque, entre elas as “expedições de apresamento” e “as reduções jesuíticas” (Pinsky, 1993, p. 18).

A escravização da população nativa durou aproximadamente 50 anos. Depois desse período, passou a coexistir, ainda que em menor quantidade, com a subjugação de africanos. Quando as epidemias se alastraram e acometeram os povos indígenas, dificultando a continuidade da escravização, já existia na África um mercado consolidado de escravizados, com economias de nações totalmente dependentes do tráfico de pessoas. Somado a isso, havia o problema da baixa densidade demográfica indígena, a existência da proteção jesuítica e a sonegação de impostos devido à comercialização desse tipo de escravo ocorrer dentro dos limites territoriais da própria colônia, o que não trazia ganhos econômicos consideráveis à Coroa (Pinsky, 1993).

Esse cenário esboçava a possibilidade de escassez de mão de obra, colocando em risco a dinâmica da exploração do território e o ritmo de enriquecimento da Coroa de Portugal, que se intensificava pelas condições econômicas da época, em que a subjugação da força de trabalho de homens livres não se mostrava vantajosa. Isto porque

...] transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria

antieconômica toda a empresa. As condições de trabalho eram tais que somente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região. A possibilidade de reduzir os custos retribuindo com terras o trabalho que o colono realizasse durante um certo número de anos não apresentava atrativo ou viabilidade, pois, sem grandes concentrações de capital, as terras praticamente não tinham valia econômica. Por último, havia a considerar a escassez de oferta de mão-de-obra que prevalecia em Portugal, particularmente nessa etapa de magnífico florescimento da empresa das Índias Orientais (Furtado, 2007, p. 21).

Essas questões remetem à afirmação feita por Williams (1975, p. 10), de que “em igualdade de condições, homens livres são preferíveis. Mas nas fases iniciais do desenvolvimento colonial, não há igualdade de condições”. Com o contingente populacional europeu limitado, sem condições de fornecer trabalhadores em quantidades adequadas para permitir a produção da cana-de-açúcar, tabaco e algodão em grande escala no Novo Mundo, o contingente de africanos vendido através do Atlântico mostrou-se como a mão de obra mais viável e lucrativa para suprir as demandas laborativas das colônias.

Seu uso “[...] chegou para a expansão da empresa³ [agrícola], que já estava instalada. [...] Quando a rentabilidade do negócio está assegurada [...] entram em cena na escala necessária [...]: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado” (Furtado, 2007, p. 50). Além de abundante, seu baixo preço relativo consistiu no principal motivo para sua inserção no empreendimento colonial (Williams, 1975). Seu “comércio ultramarino trazia excelentes dividendos tanto aos governos quanto aos comerciantes” (Pinsky, 1993, p. 19). Desse modo, a sua incorporação na dinâmica de exploração do Novo Mundo foi de ordem meramente econômica, visando atender à acumulação de capital.

Sobre isso, Williams (1975, p. 10) explica que

as razões para a escravidão, escreveu Gibbon Wakefield, “não são circunstâncias morais, mas econômicas; não se relacionam com o vício e a virtude, mas com a produção”. [...] A escravidão foi necessária por causa

³ “Empresa agrícola” é um termo utilizado por Celso Furtado (2007) para designar o empreendimento econômico realizado pela Coroa de Portugal para assegurar a posse do território americano e gerir a colônia para além das atividades extrativistas. Segundo Furtado (2007, p. 18), o Brasil colônia, “de simples empresa espoliativa e extrativa - idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais - a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu”. A forma permanente encontrada foi a agricultura.

disso e, para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígenes e depois à África.

Considera-se, pois, que a escravização de africanos nas colônias foi condição *sine qua non* para a viabilização do processo de acumulação primitiva do capital e, por conseguinte, do desenvolvimento do capitalismo. Sua presença e permanência no sistema colonial estavam intrinsecamente relacionadas às benesses econômicas que seriam obtidas pelas metrópoles. Ainda, segundo Williams (1975, p. 24-25), é aí

[...] que está a origem da escravidão negra. A razão foi econômica, não racial; não teve relação com a cor do trabalhador, mas com o baixo preço do trabalho. Em comparação com a mão de obra indígena ou branca, a escravidão negra era eminentemente superior.

As feições do homem, seu cabelo, cor e dentadura, suas características subumanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico: as colônias precisavam de mão de obra e recorriam à mão de obra negra porque era mais barata e melhor. Isso não era uma teoria, mas uma conclusão prática deduzida da experiência pessoal do plantador. Ele teria ido à Lua, se necessário, em busca da mão de obra. A África era mais perto do que a Lua, mais perto também do que os países populosos da Índia e China.

Assim, a escravidão de africanos ganhou espaço na totalidade do trabalho realizado nas colônias, tornando-se, através da imposição da superexploração e produção de excedentes de capital, a base da economia vinculada às metrópoles. Outra vantagem era a sua reposição pela via do tráfico. Não apenas o trabalho em si, mas a própria comercialização de escravos gerava enormes lucros. Os escravizados eram mercadorias e o tráfico, por sua vez, a atividade responsável pelo abastecimento dessa mão de obra nas colônias – necessário para a perpetuação e reprodução da lógica mercantil dominante à época.

O mercado de escravos africanos conseguia manter o fornecimento dessa mão de obra para as colônias, pois “[...] a população escrava tendia a minguar vegetativamente, sem que durante toda a época da escravidão se haja tentado com êxito inverter essa tendência” (Furtado, 2007, p. 55-56). Ademais, era um negócio que permitia às metrópoles a acumulação de capital, o que não acontecia com o apresamento de indígenas que se dava em âmbito interno à colônia, sem rendimentos diretos aos centros metropolitanos. “Este talvez seja o segredo da melhor ‘adaptação’ do negro à lavoura escravista. Paradoxalmente, é a partir do

tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário” (Novais, 1979, p. 105).

Em relação a essa importância do tráfico negreiro no processo de exploração da mão de obra escrava, Caio Prado Jr. (2006, p. 105) ressalta que

[...] é exato afirmar-se que a população escrava, sem o reforço permanente do tráfico, vai sempre em declínio. Já era esta, aliás, a opinião corrente na época; e ela se verificará efetivamente depois de 1850, quando é extinta a importação de africanos.

Estima-se que, durante o período escravista, cerca de 40% do total de africanos, vítimas da escravidão no mundo, tenham sido trazidos para as terras brasileiras (Leite, 2017) e submetidos ao trabalho forçado nos engenhos, fazendas, plantações, minas, fábricas, cozinhas e salões (Reis; Gomes, 1996). “Eles rasgaram as matas, lavraram o solo e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, nos engenhos, nos portos e nas casas” (Nina, 2010, p. 63).

Conforme Santos (2013), como as atividades laborativas eram bastante duras e a alimentação precária, a vida útil de um escravizado era de aproximadamente 10 anos. “Sua ração era sempre a mesma, não importando se trabalhasse bem ou mal” (Gorender, 2016, p. 106). Ademais, as más condições de vida e de trabalho levavam muitos dos escravizados a fugirem para os quilombos⁴, expressando o que Eric Williams (1975, p. 9) afirma fazer parte do

[...] quadro geral do tratamento cruel das classes desprivilegiadas, das insensíveis leis dos pobres e severas leis feudais, e da indiferença com que a classe capitalista ascendente estava “começando a calcular a prosperidade em termos de libras esterlinas e... acostumando-se à ideia de sacrificar a vida humana ao imperativo sagrado do aumento da produção”.

É por isso que se diz que, com o desenvolvimento operacional da economia colonial voltado para o modelo agroexportador de *plantation*, o trabalho escravo e a exportação de produtos agrícolas foram os carros-chefes que mantiveram a colônia inserida na rede de comercialização global de mercadorias por mais de três séculos. Essa longa experiência marcou diversos aspectos da sociedade brasileira, desde questões de cunho econômico até a fixação dos valores em relação ao trabalho, aos homens e às instituições.

⁴ Locais de difícil acesso, de refúgio e resistência dos negros contra a escravidão. Nos quilombos podiam gozar da liberdade, da vida em comunidade, de suas crenças e cultura.

COLONIZAÇÃO, ESCRAVIDÃO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL

No Brasil colônia, a produção de capitais foi em grande medida direcionada para o enriquecimento da monarquia portuguesa. Assim como os demais centros metropolitanos, o domínio colonizador português visava o acúmulo de riquezas nas mãos da burguesia europeia, impossibilitando a efetiva dinamização da economia dentro dos limites territoriais da própria colônia. A justificativa disso advém,

[...] por definição, do sistema colonial que impedia o surgimento de circuitos econômicos internos, na medida em que eles entravam em conflito com os interesses da burguesia mercantil metropolitana. Não se trata, dessa perspectiva, de diversificar a economia, mas de fortalecer a produção de artigos tropicais que impulsionassem a acumulação metropolitana (Kowarick, 1994, p. 24).

Em outras palavras, a produção do açúcar e do ouro, por exemplo, foi essencial para a acumulação de capital pela metrópole. Também foi primordial para a edificação de uma classe proprietária no interior da colônia, que ficou à frente do gerenciamento do empreendimento colonial e concentrou renda. Devido a isso, não foram permitidos à colônia avanços significativos no que tange ao desenvolvimento de uma economia e produtividade que dinamizasse e servisse ao abastecimento local, visto que o grosso da produção era destinada à exportação.

Como “a renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mãos da classe de proprietários de engenho (Furtado, 2007, p. 52)”, a circulação de capitais destinava-se apenas ao fomento e custeio das despesas das exportações, não havendo como estabelecer uma produção de subsistência em grandes proporções que atendesse às demandas internas da colônia. “Tudo indica [...] que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira [...] se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana” (Furtado, 2007, p. 53). E essa centralização da renda acabava por submeter as colônias à dependência de importação de determinados produtos das metrópoles. Nesse sentido, a captação metropolitana de excedentes de capitais, bem como o controle da renda pela classe proprietária interna, coadunavam e, ao mesmo tempo, serviram de alçada para a manutenção do processo de acumulação primitiva.

Isto significa que a gênese do desenvolvimento do capitalismo esteve intrinsecamente associada ao processo de ocupação e extorsão das terras do Novo Mundo, que se alicerçou

no escravismo. Este entendimento é primordial na compreensão de como se estruturaram as bases econômicas que contribuíram para a transmutação do capital comercial em industrial e como o capital, no curso de sua expansão, produziu diferentes geografizações, sorvendo de maneiras diversas as formas de formação social e de exploração do trabalho para estimular sua acumulação.

Se, nas colônias, o trabalho escravo era a forma imperante e propulsora da acumulação primitiva, na Europa, com destaque para a Inglaterra, esse processo se dava por meio da expropriação violenta de camponeses da terra e de artesãos dos instrumentos de trabalho, cujo objetivo era transformá-los em força de trabalho para o capital. Nota-se, então, que houve, inicialmente, com o intuito de promover a expansão capitalista, a constituição de dois modos distintos de submissão do trabalho ao capital. Simultaneamente, esses dois modos se complementavam e se conectavam aos interesses do mercantilismo, compondo os aspectos essenciais do processo de acumulação primitiva.

Muitos historiadores, com destaque para Eric Williams (1975), discutiram e mostraram a relação existente entre a organização do sistema colonial e o advento da expansão do capitalismo na Europa, especialmente na Inglaterra – berço da Revolução Industrial. Tal nexo refere-se ao sistema colonial como importante provedor da acumulação burguesa europeia, pois o excedente de capital produzido nas colônias e o lucro derivado do mercantilismo sustentaram a ampliação da riqueza nas metrópoles e contribuíram para que suas economias atravessassem transformações significativas em nível internacional.

Nas palavras de Kowarick (1994, p. 20), isso quer dizer que o capitalismo mercantil, ao criar o sistema colonial,

constituiu uma das alavancas de fundamental importância para a acumulação da burguesia metropolitana. De fato, as colônias americanas, enquanto expressão ultramarina do mercantilismo, devem ser entendidas como formas de acumulação primitiva, cujos excedentes estavam inteiramente voltados para a expansão do capital realizada em alguns países europeus.

Na concepção de Caio Prado Jr. (2006), a colonização da América tinha como objetivo a captação de riquezas para o enriquecimento das metrópoles. Para o referido autor, o Pacto Colonial - sistema de relações políticas e econômicas estabelecido entre as metrópoles e suas colônias - foi fundamental nesse processo, pois contribuiu para que as colônias se tornassem geradoras de riquezas e, consequentemente, fomentassem a expansão

capitalista na Europa. Novais (1979, p. 97) corrobora com esse pensamento quando aponta que a colonização acabou sendo impulsionada pela ânsia europeia em acelerar a acumulação primitiva de capital, tendo em vista que

não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo que a sua comercialização promovesse estímulos à originária acumulação burguesa nas economias europeias. Não se tratava apenas de produzir para o comércio [...]; é, mais uma vez, o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital) que comanda todo o processo de colonização.

Diante disso, a instauração do escravismo colonial consistiu em uma necessidade prévia do capitalismo, uma vez que se tornou um importante instrumento para a expansão do capital nos centros metropolitanos – o que mais tarde veio a se tornar um empecilho para o pleno desenvolvimento do capitalismo, devido ao prolongamento, principalmente no Brasil, do uso da mão de obra escrava mesmo quando o Pacto Colonial já havia sido desfeito.

As nações europeias, principalmente a Inglaterra, a França e a Holanda, acumularam enormes montantes de capital com a exploração do trabalho escravo, que, associado ao comércio exclusivo e mercantilista, deu novas formas ao capitalismo. Na obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, de Fernando Antônio Novais (1979, p. 69-70), o sistema mercantil e a exploração das colônias pela escravização aparecem como meios para a “criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial”, verdadeiros recursos para a “gestação do capitalismo moderno”.

Tanto Novais (1979) quanto Williams (1975) apontam em seus escritos que o capitalismo comercial, além de manter a mão de obra escrava nas colônias, fomentou a produção de excedentes econômicos para as metrópoles por meio do tráfico negreiro. Tal concepção é confirmada nas análises de Ianni (1978, p. 8) quando afirma que “foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo”. Isto porque “toda formação social escravista dessa área estava vinculada, de maneira determinante, ao comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais”.

Desse modo, a acumulação primitiva do capital, no contexto da colonização e do comércio colonial, não encontrou melhor alicerce para sua realização do que na exploração e comercialização da mão de obra escrava. Em outros termos, isso significa que o enriquecimento das economias europeias

[...] exigia formas compulsórias de trabalho, pois do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo), ou se se imaginasse uma produção exportadora por empresários que assalariassem trabalho, os custos da produção seriam tais que impediriam a exploração colonial e, pois, a função da colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (os salários dos produtores diretos tinham de ser de tal nível que compensassem a alternativa deles se tornarem produtores autônomos de sua subsistência evadindo-se do salariado) (Novais, 1979, p. 102-103).

Dentro desse modelo operacional de exploração das colônias, a Inglaterra assumiu posição econômica vantajosa em relação às demais metrópoles por manter vínculos comerciais favoráveis que convergiram para a geração de riquezas ao longo de mais de três séculos. Inclusive, por meio do tráfico negreiro, conseguiu estabelecer uma economia ascendente que foi capaz de promover mutações consideráveis nas bases da produção capitalista.

Williams (1975, p. 38) salienta que, para os ingleses, o tráfico de escravos “era mais do que um meio para atingir um fim, era também um fim em si mesmo”. Mais do que a escravização utilizada para gerar riquezas, o tráfico de escravos foi altamente lucrativo para a Inglaterra, que, além de absorver grandes quantidades dessa mão de obra em suas próprias colônias e plantações, era a principal fornecedora dessa mercadoria para outras metrópoles, e em especial para a Espanha.

A comercialização de escravos com os espanhóis foi proveitosa, porque, estando a Espanha impossibilitada de obter seus próprios escravos, em razão da arbitragem papal que a excluía da África e da falta de capital e instrumentos necessários para a prática do tráfico, os escravos e artigos manufaturados que importavam eram pagos com metais preciosos. Isso aumentou a provisão de ouro e, consequentemente, a acumulação de riquezas pela Inglaterra.

Os ingleses também mantiveram tratos comerciais com Portugal, sobretudo depois da descoberta do ouro no Brasil, na região de Minas Gerais, no século XVII. A partir desse momento, observou-se um crescimento das exportações de produtos da Inglaterra em direção à colônia portuguesa, o que resultou na elaboração de tratados que tornavam a balança comercial favorável para os ingleses. Um dos acordos assinados por essas duas metrópoles possibilitava a abertura do mercado de tecidos ingleses para a América, o que

permitiu um maior angariamento e movimentação de capitais para a Inglaterra (Novais, 1979).

Dessas relações comerciais estabelecidas pelos ingleses no empreendimento colonial, que possibilitaram o acúmulo generoso de capitais sob seu domínio, somadas ao modelo de expropriação e expulsões que foram instituídas desde o fim do feudalismo, a Inglaterra elevou o capitalismo a um nível de desenvolvimento que ultrapassou os limites das relações comerciais e adentrou a esfera industrial. O século XVIII foi o estopim dessas transformações, com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção requerendo mudanças socioeconômicas não apenas em escala nacional, mas também mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise apresentada acerca do vínculo entre escravismo e capitalismo na América – e sua constituição no Brasil, onde a escravidão colonial perdurou por mais de 300 anos –, fica clara a conexão da escravidão com a expansão do capital comercial e, posteriormente, com o industrial, sendo suas raízes e razões de existência exclusivamente econômicas.

Com a invasão europeia ao continente americano, o escravismo, combinado com as ações de pilhagem, saque e roubo das novas terras, com os cultivos da cana-de-açúcar, algodão, café e fumo, foi utilizado como fonte primária de trabalho para gerar riquezas para as metrópoles e promover o desenvolvimento do capitalismo através da acumulação primitiva de capital. Isso leva à compreensão de que o momento primitivo de avanço do capital no mundo se caracteriza pelo fato de que o capitalismo extraiu de diversas formas de formação social e de trabalho para acondicionar a acumulação de capital nas metrópoles.

No momento em que o capitalismo transitava ainda em estágio inicial, o mercantilismo e o trabalho escravo mostraram-se como atividades viáveis à acumulação capitalista – acumulação essa que, mais tarde, levaria à constituição do capitalismo industrial e mudanças nas próprias bases de produção de riqueza, já que o excedente de capital produzido nas colônias e o lucro derivado do mercantilismo sustentaram a ampliação da riqueza nas metrópoles e contribuíram para que a economia das mesmas passasse por transformações significativas em plano internacional.

Salienta-se também que não apenas o trabalho realizado pela mão de obra escrava, mas o próprio tráfico negreiro se constituiu em base importante de obtenção de lucro pelas metrópoles. Essa atividade, ao mesmo tempo em que fomentava a produção de grandes excedentes de capital por seu próprio caráter comercial, conseguia manter o fornecimento da mão de obra necessária às colônias.

Assim, ao aclarar as questões econômicas e sociais que envolveram o uso de escravos no Brasil, através da apresentação das nuances históricas estruturais que alicerçaram a exploração do trabalho a partir do cativeiro, chega-se à consideração de que a grande contribuição da escravidão para o desenvolvimento do capitalismo foi a de promover o lucupletamento das nações europeias, fomentando a acumulação de capital através do trabalho e do tráfico.

Em outras palavras, consiste em afirmar que o uso do trabalho escravo nas colônias foi condição *sine qua non* para a viabilização do processo de acumulação de capital e, por conseguinte, do desenvolvimento do capitalismo. Sua presença e permanência no sistema colonial estavam relacionadas, sobretudo, às vantagens econômicas obtidas pelas metrópoles, vantagens essas que possibilitaram a reprodução ampliada do capital no tempo e no espaço.

REFERÉNCIAS

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, 34^a. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007;
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016;
- IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978;
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994;
- LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano X, N°XIX, agosto/2017;
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos - CEBRAP (74): 107–123. doi:10.1590/S0101-33002006000100007 – via SciELO, 2006;

NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje:** aspectos jurídicos e econômicos. Brasília: ISBN, 2010;

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo, HUCITEC, 1979;

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006;

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil.** 12^a ed. São Paulo: Contexto, 1993;

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade Por um Fio – história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

SANTOS, Ronan Soares dos. **A construção de Cidades no Brasil:** Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010). Tese de Doutorado. Universitat de Barcelona, 2013;

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão.** Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975, 295p.

Submetido em: setembro de 2024

Aceito em: julho de 2025